



TERMO DE REFERÊNCIA

Unidade Requisitante: Secretaria Municipal de Saúde

Processo Administrativo nº 3104/2026

Anexo nº 1849

Documentos de Formalização da Demanda nº 3091

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de estação base e demais componentes necessários para as comunicações durante os atendimentos de ocorrências efetuadas pelo SAMU de Marialva – PR, por Pregão, em sua forma Eletrônica, conforme condições, quantidades, exigências e especificações discriminadas em Edital, Termo de Referência e seus demais anexos integrantes.

Participação	Lote	Ordem	Item - Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo Unit. (R\$)	Valor Máximo Total R\$
ME/EPP/MEI	Lote 1	1	306062 - ESTAÇÃO MÓVEL VEICULAR DIGITAL VHF DESTINADA À INSTALAÇÃO EM VIATURA PARA COMUNICAÇÃO OPERACIONAL, COMPOSTA POR RÁDIO MÓVEL DIGITAL VEICULAR VHF, ANTENA MÓVEL VHF DE ¼ DE ONDA BANDA LARGA, KIT BASE PARA INSTALAÇÃO DA ANTENA, CABO COAXIAL, MICROFONE, SUPORTE DE FIXAÇÃO, CABO DE ALIMENTAÇÃO E TODOS OS DEMAIS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA O PERFEITO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA. O RÁDIO DEVERÁ OPERAR NA FAIXA DE FREQUÊNCIA VHF DE 136 A 174 MHZ, POSSUIR CAPACIDADE PARA ATÉ 1000 CANAIS PROGRAMÁVEIS, ESPAÇAMENTO DE CANAL DE 12,5 KHZ E 25 KHZ, ALIMENTAÇÃO DE 13,6 VDC ±15%, DIMENSÕES APROXIMADAS DE 53,3 X 175,3 X 205,7 MM E PESO APROXIMADO DE 1,39 KG. O EQUIPAMENTO DEVERÁ APRESENTAR CONSUMO MÁXIMO DE CORRENTE DE 0,8 A EM STANDBY, 2,0 A EM RECEPÇÃO, 11,0 A EM TRANSMISSÃO DE 1 A 25 W E 14,5 A EM TRANSMISSÃO DE 25 A 45 W. O TRANSMISSOR DEVERÁ POSSUIR POTÊNCIA DE SAÍDA AJUSTÁVEL ENTRE 1 E 45 W, ESTABILIDADE DE FREQUÊNCIA DE ±0,5 PPM, MODULAÇÃO FM ANALÓGICA 11K0F3E PARA CANAIS DE 12,5 KHZ E 16K0F3E PARA CANAIS DE 25 KHZ, MODULAÇÃO DIGITAL 4FSK, LIMITAÇÃO DE MODULAÇÃO DE ±2,5 KHZ E ±5,0 KHZ, RESPOSTA DE ÁUDIO CONFORME PADRÃO TIA603D E EMISSÕES ESPÚRIAS INFERIORES A -36 DBM ABAIXO DE 1 GHZ. O RECEPTOR DEVERÁ OPERAR NA FAIXA DE 136 A 174 MHZ, POSSUIR SENSIBILIDADE ANALÓGICA TÍPICA DE 0,3 µV A 12 DB SINAD, SENSIBILIDADE DIGITAL TÍPICA DE 0,25 µV A 5% BER, SELETIVIDADE MÍNIMA DE 60 DB PARA CANAIS DE 12,5 KHZ E 70 DB PARA CANAIS DE 25 KHZ, REJEIÇÃO DE ESPÚRIOS DE 80 DB, INTERMODULAÇÃO DE 78 DB E RESPOSTA DE ÁUDIO CONFORME PADRÃO TIA603D. O SISTEMA DE ÁUDIO DEVERÁ POSSUIR POTÊNCIA DE SAÍDA INTERNA MÍNIMA DE 3 W E EXTERNA DE ATÉ 7,5 W, COM DISTORÇÃO MÁXIMA DE 3%. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER COMPATÍVEL COM PADRÃO DIGITAL DMR CONFORME ETSI TS 102 361 PARTES 1, 2 E 3, BEM COMO COMPATÍVEL COM ARQUITETURA MOTOTRBO. A ANTENA DEVERÁ SER DO TIPO MÓVEL VHF DE ¼ DE ONDA BANDA LARGA, COMPATÍVEL COM A FAIXA DE FREQUÊNCIA DO RÁDIO, IMPEDÂNCIA DE 50 OHMS, POTÊNCIA MÍNIMA DE 100 W, VSWR MÁXIMO DE 1,5:1, BASE COM SISTEMA DE FIXAÇÃO VEICULAR, MATERIAL RESISTENTE A INTEMPÉRIES, ALTURA APROXIMADA DE 520 MM E PESO APROXIMADO DE 210 G. O FORNECIMENTO DEVERÁ INCLUIR SERVIÇO COMPLETO DE INSTALAÇÃO DA ESTAÇÃO MÓVEL NA VIATURA, INCLUINDO CONFIGURAÇÃO, PROGRAMAÇÃO E REALIZAÇÃO DE TESTES OPERACIONAIS NECESSÁRIOS PARA GARANTIR O PLENO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA. TODOS OS EQUIPAMENTOS DEVERÃO SER NOVOS, ORIGINAIS DE FÁBRICA, SEM USO ANTERIOR, HOMOLOGADOS PELA ANATEL.	UNID	1	12.114,00	12.114,00



1.2. A opção recai por Pregão Eletrônico justifica-se pelos objetos encontrarem-se em conformidade ao Artigo nº 29, da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, em atendimento ao contido no art. 20 da Lei nº 14.133/21.

1.4. O objeto desta contratação é caracterizado como bem comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2. DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÕES

2.1. O prazo de vigência contratual será de 12 (Doze) meses, contados da assinatura de contrato, e poderá ser prorrogado, por igual período, a partir de mútuo acordo entre as partes.

2.1.1. Em caso de aditivo de prorrogação de contrato, o índice utilizado para o reajuste contratual será o IPCA.

3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. Justifica-se o presente requerimento tendo em vista que o equipamento/serviço será utilizado nas comunicações durante o atendimento de ocorrências realizadas pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), especialmente na nova ambulância recentemente incorporada à frota do município de Marialva – PR.

3.2. Destaca-se que a comunicação eficiente e ininterrupta durante os atendimentos é essencial para a adequada coordenação das equipes, otimização dos recursos disponíveis e plena operacionalização do serviço. Tal medida contribui diretamente para a agilidade, segurança e qualidade na prestação do atendimento à população, assegurando maior efetividade na resolução das ocorrências.

3.3. A utilização desses bens será destinada exclusivamente ao interesse público, atendendo às condições legais de interesse social, conveniência e oportunidade.

3.4. Comunicação eficiente, instantânea e direta em tempo real, facilmente transportada permitindo a livre locomoção, funcionamento independente de sinais e disponibilidade de meios de telecomunicações indisponíveis ou congestionados, fornecendo uma comunicação confiável em situações de emergências.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

4.1. A descrição da solução como um todo encontra-se detalhada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Sustentabilidade/impacto ambiental

5.1.1. A presente contratação não possui relevantes impactos ambientais.

5.2. Indicação de marcas ou modelos

5.2.1. Na presente contratação não será vedada nenhuma marca, desde que os produtos e serviços atendam integralmente às especificações técnicas contidas neste Termo de Referência.

5.3. Subcontratação

5.3.1. É vedada a subcontratação do objeto.

5.4. Garantia da contratação

5.4.1. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

5.5. Da exigência de amostra

5.5.1. Dispensa-se a apresentação de amostra técnica para o referido processo licitatório, sendo que a conferência dos produtos dar-se-á somente no ato de sua entrega, desde que atenda as condições previstas neste Termo de Referência, em Edital e Contrato.

5.6. Obrigações das Partes

5.6.1. Da Contratada

5.6.1.1. Abster-se de subcontratar o objeto da presente licitação;

5.6.1.2. Designar, formalmente, um representante, no ato da assinatura do contrato, com poderes para operacionalizar a avença, assumindo o gerenciamento das atividades inerentes ao seu fiel cumprimento;

5.6.1.3. Acatar as recomendações da fiscalização do CONTRATANTE, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimento porventura solicitado;

5.6.1.4. Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;



5.6.1.5. Manter durante a execução do contrato, na íntegra as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.6.1.6. Entregar os objetos e executar os serviços em perfeitas condições de uso, funcionamento e segurança, devendo promover a substituição ou correção, no prazo máximo de 02 (Dois) dias úteis, contados a partir da notificação do Município de Marialva – PR, quando:

5.6.1.6.1. Não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência e na proposta feita no procedimento licitatório;

5.6.1.7. Não transferir, sob nenhum pretexto, sua responsabilidade para outras entidades, seja fabricantes, técnicos e outros;

5.6.1.8. Considerar que a ação da fiscalização do CONTRATANTE não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais;

5.6.1.9. Arcar com as despesas, diretas e indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus ao CONTRATANTE;

5.6.1.10. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do Município de Marialva – PR;

5.6.1.11. Comunicar ao CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente referente ao fornecimento dos itens e serviços e prestar os esclarecimentos cabíveis;

5.6.1.12. Acatar na íntegra as orientações do Município de Marialva – PR, emanadas pelo fiscal do contrato, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

5.6.2. Da Contratante

5.6.2.1. Receber o objeto e conferir as especificações técnicas com as constantes neste Termo de Referência, no instrumento convocatório e na proposta da Contratada, recusando-o na hipótese de desconformidade com as características pretendidas;

5.6.2.2. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada, relacionados com o objeto pactuado;

5.6.2.3. Comunicar, por escrito, à Contratada quaisquer irregularidades verificadas no objeto fornecido;

5.6.2.4. Comunicar, por escrito, à Contratada o não recebimento do objeto, apontando as razões da sua desconformidade com as especificações contidas neste termo de referência, no instrumento convocatório ou na proposta apresentada;

5.6.2.5. Proporcionar as condições para que a Contratada possa cumprir as obrigações pactuadas.

5.7. Infrações e Sanções

5.7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

5.7.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

5.7.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

5.7.1.3. der causa à inexecução total do contrato ou pela recusa injustificada do licitante adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela contratante;

5.7.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

5.7.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

5.7.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

5.7.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

5.7.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

5.7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

5.7.2.1. O descumprimento das disposições contidas neste Termo de Referência e/ou contratuais sujeita a CONTRATADA às seguintes sanções administrativas:

5.7.2.1.1. advertência;

5.7.2.1.2. multa;

5.7.2.1.3. suspensão temporária de participação em licitação;

5.7.2.1.4. impedimento de contratar com o Município de Marialva – PR;

5.7.2.1.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar (enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até sua reabilitação perante autoridade que aplicou a penalidade); e

5.7.2.1.6. descredenciamento do sistema de registro cadastral.

5.7.3. As sanções previstas nesse documento poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa. (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.7.4. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (Quinze) dias, contados da comunicação oficial.



5.7.5. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA ao Município de Marialva – PR, esse será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

5.7.6. As sanções administrativas serão aplicadas em procedimento administrativo autônomo, garantindo-se o contraditório e ampla defesa à CONTRATADA.

5.7.7. Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (Quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação. (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.7.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas aplicáveis, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o Contratante, pelo prazo máximo de 03 (Três) anos.

5.7.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações cabíveis, bem como pelas infrações administrativas previstas que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, nesses casos a duração observará o prazo previsto no (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021).

5.7.10. A fixação de multas compensatórias ou moratórias não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar, caso o valor do dano seja superior ao valor da multa aplicada. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados. (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.7.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

5.7.12. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (Trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

5.7.13. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

5.7.14. a natureza e a gravidade da infração cometida; as peculiaridades do caso concreto;

5.7.15. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

5.7.16. os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

5.7.17. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

5.8. Severidade

5.8.1. As sanções de advertência e multa serão aplicadas conforme a graduação a seguir:

-Grau de Severidade Leve (L1) = advertência;

-Grau de Severidade Moderado (M1, M2 e M3) = aplicação de Multas:

M1 = multa de 0,1% (Zero vírgula um por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação;

M2 = multa de 0,3% (Zero vírgula três por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

M3 = multa de 0,5% (Zero vírgula cinco por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação.

-Grau de Severidade Grave (G1 e G2) = aplicação de sanção:

G1 = multa de 0,7% (Zero vírgula sete por cento) do valor total do contrato por dia de inadimplência e/ou fato gerador ensejador da multa, conforme a natureza da obrigação; e

G2 = Rescisão contratual cumulada com multa de 10% (Dez por cento) a 20% (Vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

O grau de severidade inicial da pena será determinado considerando a conduta e a primariedade ou a reincidência da CONTRATADA, conforme tabela a seguir:



CONDUTAS ITEM		Grau de severidade					
		Leve	Moderado			Grave	
		L1	M1	M2	M3	G1	G2
1	O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
2	<u>O não cumprimento de cláusulas contratuais, do Termo de Referência, especificações ou prazos, ou pela recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Contratante.</u>		1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez
3	A paralisação do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
4	Atraso injustificado do início da execução do contrato de prestação de serviço ou de fornecimento de bens.		1ª vez				
5	Não manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
6	Apresentar documento falso ou fazer declaração falsa.						1ª vez
7	Agir em desconformidade legal na relação contratual.						1ª vez
8	Abandonar a execução do contrato.						1ª vez
9	Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o contrato.						1ª vez
10	Criar embaraços ou deixar de prestar informações que possam contribuir com o processo de fiscalização contratual.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
11	Deixar de entregar a documentação exigida no Termo de Referência e/ou contrato.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez
12	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada ou recusar-se a apresentar documentos complementares relacionados à sua habilitação, (documentação fiscal, documentação trabalhista e/ou documentação previdenciária), quando solicitado, ou, ainda, perder as condições de habilitação exigidas.	1ª vez	2ª vez	3ª vez	4ª vez	5ª vez	6ª vez

5.8.2. O rol das infrações descritas na tabela acima não é exaustivo, não excluindo a aplicação de outras sanções previstas em lei.

5.8.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato.



5.8.4. Em caso de atraso ou não cumprimento de obrigação, a severidade inicial da sanção será elevada a cada 05 (Cinco) dias úteis, caso a obrigação não seja devidamente adimplida, implicando a cumulação das gradações da(s) sanção(ões) aplicada(s) (L1 + M1 + M2 + M3 + G1 + G2), excetuadas as penas de multas específicas.

5.8.5. No caso de atraso por mais de 30 (Trinta) dias, ou de o somatório das multas aplicadas por atraso ou inadimplemento ultrapassarem o percentual de 20% (Vinte por cento) do valor do contrato, fica facultado ao Município de Marialva – PR rescindir unilateralmente o contrato.

5.9. Moratória

5.9.1. Moratória de 0,5% (Cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, para todo o período de atraso, no caso de atraso injustificado na entrega dos produtos, limitada a incidência de 30 (Trinta) dias. O atraso superior a 30 (Trinta) dias autorizará a Administração a promover o cancelamento do Contrato.

5.9.2. O valor máximo da multa será equivalente a 30 (Trinta) dias corridos de atraso. A partir deste momento, além da multa, aplica-se o impedimento de licitar e contratar, podendo, a critério da Administração Municipal, configurar inexecução total da obrigação assumida, culminando na rescisão do contrato.

5.9.3. Moratória de 2% (Dois por cento) por dia, sobre o valor total do Contrato, em caso de atraso injustificado no início da execução da Previsão Contratual, superior a 5 (Cinco) dias úteis, limitada a incidência a 10 (Dez) dias úteis. A multa está limitada a 10% (dez por cento) do valor total do Contrato.

5.9.4. Após o décimo dia útil e a critério da Administração Municipal, nos casos de atrasos injustificados no início da execução da Previsão Contratual, poderá ocorrer a não aceitação, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução parcial do contrato.

5.9.5. Compensatória de 2% (Dois por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução parcial da obrigação assumida.

5.9.6. **Compensatória de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, ou pela recusa injustificada em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido pela Contratante.**

5.9.7. Compensatória de 5% (Cinco por cento) sobre o valor total da contratação, nos casos de rescisão contratual por culpa do Contratado.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condição e local de entrega

6.1.1. A entrega dos equipamentos, bem como a instalação, programação, configuração e realização dos testes operacionais, deverá ocorrer no prazo máximo de 40 (quarenta) dias úteis, contados da ciência da emissão da Nota de Empenho pela Contratada;

6.1.2. Os equipamentos deverão ser novos, originais de fábrica, sem uso anterior, com garantia mínima do fabricante e homologados pela Anatel.

6.1.3. A entrega, montagem e instalação estarão sob a responsabilidade de Contratada.

6.1.3.1. Os itens deverão ser entregues, montados e instalados obrigatoriamente, em dias úteis, nos seguintes horários disponíveis pelo recebimento: das 08hrs00min às 11hrs00min, e das 13hrs30min às 16hrs30min.

6.1.3.2. As ferramentas, os materiais e demais insumos utilizados para a devida execução da presente contratação estarão sob a responsabilidade da Contratada.

6.1.3.3. Os responsáveis pelo recebimento dos produtos serão:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Walber Conca	Motorista	3402

6.1.4. Os itens e serviços serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, para verificação quantitativa e documental, e definitivamente após a conferência das especificações técnicas, instalação, programação e testes operacionais, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021;

6.1.4.1. O recebimento provisório possui por finalidade assegurar à Contratada a devida aferição das especificações técnicas dos objetos e serviços ofertados.

6.1.5. Caso não seja possível a entrega no prazo assinalado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com ao menos 10 (Dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.2. Garantia

6.2.1. A garantia dos itens e serviços deverá obedecer o período mínimo de 12 (Doze) meses, a partir da data de emissão da nota fiscal.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO



7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, sendo que cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. São indicados para fiscalização:

- Gestor:

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Daiane Rebeca Aquino de Calheiros	Gestora de Contratos	3160

7.3. Fiscais de Contrato

- Titular

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Walber Conca	Motorista	3402

- Suplente

Nome Completo	Cargo/Função	Matrícula
Luciene Brambilla Moreira	Auxiliar Administrativo	1284

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1 Os itens e serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2 Os itens e serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos ou corrigidos no prazo de 02 (Dois) dias úteis, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.4 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.5 Liquidação

8.5.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até 30 dias corridos para fins de liquidação.

8.5.2 A Contratante fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos na mesma norma;

8.5.2.1 A Contratada deverá, obrigatoriamente, destacar junto à Nota Fiscal o valor referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte, para efeito de procedimento de retenção pela Administração Municipal, em conformidade ao Decreto Municipal nº 8402/2023, em consonância à Instrução Normativa nº 2145/2023 emitida pela Receita Federal do Brasil, devidamente, amparada em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), obedecendo as alíquotas estabelecidas.

8.5.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.5.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.5.5 O pagamento será precedido de consulta prévia para comprovação de cumprimento dos



requisitos de habilitação.

8.5.6 Na hipótese de irregularidade de habilitação, a contratada deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 15 (Quinze) dias, sob pena de aplicação das sanções contratuais e rescisão do contrato.

8.5.7 O pagamento efetuado pelo Município de Marialva – PR não isenta a CONTRATADA de suas obrigações e responsabilidades.

8.5.8 É vedado à Contratada transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

8.5.9 Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo Município de Marialva – PR, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

- $I = (TX / 100) / 365$
- $EM = I \times N \times VP$, onde:
- I = Índice de atualização financeira;
- TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos moratórios;
- N = N. de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso.

8.6 Forma de pagamento

8.6.1 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.6.2 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.6.3 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.6.4 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.6.5 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

9.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO ITEM, respeitando os valores máximos unitários.

9.2 Exigências de habilitação

9.2.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os requisitos a seguir.

9.2.1. Documentos relativos à **habilitação jurídica**:

9.2.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.2.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.2.1.3. No caso de Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.2.1.4. No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país: Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.2.1.5. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.2.2. Documentos relativos à **qualificação econômico-financeira**:

9.2.2.1. Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

9.2.3. Documentos relativos à **regularidade fiscal e trabalhista**:



- 9.2.3.1. Prova de Inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica CNPJ;
- 9.2.3.2. Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive os créditos tributários relativos às contribuições sociais previstas nas alíneas "a", "b" e "c" do parágrafo único do artigo 11 da Lei Federal n.º 8.212/1991, às contribuições instituídas a título de substituição, e às contribuições devidas, por lei, a terceiros;
- 9.2.3.3. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;
- 9.2.3.4. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 9.2.3.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;
- 9.2.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa ou Positiva com Efeito de Negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de Maio de 1943.
- 9.2.3.7. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 9.2.3.8. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.
- 9.2.3.9. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (Cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 9.2.3.10. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.
- 9.2.3.11. A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.
- 9.2.3.12. A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação das sanções previstas neste Edital, sendo facultado ao Pregoeiro convocar o autor do menor lance seguinte aos já convocados para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou revogar a licitação.
- 9.2.3.13. Para as certidões emitidas que não especifiquem seu prazo de validade, será considerado o prazo máximo de 90 (Noventa) dias, contados a partir de suas respectivas emissões, devendo estar válidas na data do recebimento dos documentos de habilitação.
- 9.3. Documentos relativos à **habilitação técnica**:
- 9.3.1. A licitante deverá comprovar aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação dos seguintes documentos:
- 9.3.1.1. Certidão de Registro da Pessoa Jurídica junto ao CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CFT (Conselho Federal dos Técnicos Industriais), compatível com o objeto licitado e dentro do prazo de validade;
- 9.3.1.2. Certidão de Registro do Responsável Técnico vinculado à empresa junto ao CREA ou CFT, devidamente habilitado para execução dos serviços relacionados ao objeto;
- 9.3.1.3. Atestado(s) de Capacidade Técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a empresa já executou fornecimento, instalação, programação ou manutenção de equipamentos/sistemas de radiocomunicação compatíveis com o objeto da contratação.



9.3.2. Justificativa da Qualificação Técnica:

9.3.2.1. Considerando que o objeto da contratação contempla não apenas o fornecimento dos equipamentos de radiocomunicação, mas também sua instalação, configuração, programação e integração ao sistema de comunicação utilizado pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), faz-se necessária a comprovação da capacidade técnica da empresa executora e de seu responsável técnico. A exigência de registro junto ao CREA ou CFT e a apresentação de atestado de capacidade técnica com respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT) justificam-se em razão da complexidade dos serviços envolvidos, da necessidade de observância às normas técnicas aplicáveis e da garantia da adequada execução dos serviços, assegurando o pleno funcionamento do sistema de radiocomunicação utilizado em atividades essenciais de atendimento à saúde e situações de urgência e emergência. As exigências previstas neste item guardam pertinência e proporcionalidade com o objeto contratado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, não constituindo restrição indevida à competitividade.

- O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica deverá(ão) estar devidamente registrado(s) no CREA ou CFT, por meio de CAT – Certidão de Acervo Técnico ou documento equivalente emitido pelo respectivo conselho profissional.

9.4. Documentação complementar:

9.4.1. Declaração Unificada, em conformidade ao conteúdo anexo.

9.4.2. Para o fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte, declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21;

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O valor máximo da licitação para contratação com base nas quantidades estimadas a serem adquiridas pelo Município de Marialva – PR é de R\$ 12.114,00 (doze mil, cento e quatorze reais), em conformidade ao Demonstrativo de Formulação de Preços, colacionado junto ao Processo Administrativo nº 3104/2026, mediante a média dos preços obtidos com a discrepância de 30% a partir do menor valor obtido.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados no Orçamento do Município de Marialva – PR, em conformidade as dotações orçamentárias aditadas junto ao Processo Administrativo nº 3104/2026.

Marialva – PR, 08 de Junho de 2026.



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O princípio do planejamento é um dos pilares da Lei 14.133/2021 e tem como objetivo assegurar que as licitações e os contratos públicos sejam conduzidos de forma mais eficiente e transparente.

Para tanto, a referida lei estabelece uma série de regras e procedimentos que devem ser observados na fase de planejamento da contratação pública, dentre elas a obrigatoriedade da elaboração de estudos técnicos preliminares para todas as contratações públicas, destacando-se assim a importância do princípio do planejamento.

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade de identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente demanda decorre da necessidade de garantir comunicação eficiente, contínua e segura durante os atendimentos realizados pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) no município de Marialva – PR, especialmente no que se refere à nova ambulância recentemente incorporada à frota. Considerando a natureza dos atendimentos de urgência e emergência, a comunicação entre a equipe da ambulância, a central de regulação e demais unidades de apoio é imprescindível para a adequada condução das ocorrências. A ausência ou deficiência nos meios de comunicação pode comprometer a agilidade na tomada de decisões, o direcionamento correto dos pacientes e a integração entre os serviços de saúde. Dessa forma, evidencia-se a necessidade de disponibilização de recursos/equipamentos de comunicação adequados, que assegurem a operacionalização eficiente do serviço, contribuindo para a otimização do tempo-resposta, maior segurança das equipes envolvidas e melhoria na qualidade do atendimento prestado à população.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A contratação pretendida é uma despesa pontual, cuja previsão do recurso é efetuada através da dotação orçamentária, que consta mencionada junto ao Processo Administrativo nº 3104/2026.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

As condições e exigências estão descritas de forma específica em Termo de Referência, em consonância ao Inciso III, do § 1º do Artigo nº 18, da Lei 14.133/2021.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Estima-se a quantidade de aquisição do conteúdo pretendido considerando a demanda apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde para a composição da Estação Móvel para atender à necessidade de comunicação nas ações desencadeadas pela Secretaria Municipal de Saúde.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Para as especificações técnicas e quantidade pretendidas, apurou-se acentuado número de potenciais fornecedores estabelecidos, com capacidade de prover a requerida aquisição de forma eficaz, absorvendo assim a demanda apresentada.

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Os preços foram coletados de acordo com o disposto no Artigo 23, §1º da Lei nº 14.133/2021.

O valor máximo da licitação para contratação com base na quantidade estimada a ser adquirida pelo Município de Marialva – PR é de R\$ 12.114,00 (doze mil, cento e quatorze reais). Após análise dos valores praticados no mercado, considerando as fontes de consulta apresentadas em Demonstrativo de Formulação de Preços colacionado junto ao Processo Administrativo nº 3104/2026.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na aquisição de uma estação móvel veicular digital VHF completa, incluindo rádio móvel digital, antena, cabos, microfone, suportes, acessórios, instalação, programação,



configuração e testes operacionais, destinada à nova ambulância do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU do Município de Marialva – PR.

A contratação contempla o fornecimento de todos os equipamentos e serviços necessários para a plena operacionalização do sistema de radiocomunicação da viatura, garantindo sua integração à infraestrutura de comunicação já utilizada pelo serviço, observando as normas técnicas aplicáveis e a homologação dos equipamentos junto à Anatel.

A solução foi definida após análise da necessidade de manter comunicação contínua, segura e confiável entre a equipe da ambulância, a Central de Regulação e os demais órgãos de apoio envolvidos nos atendimentos de urgência e emergência. A utilização de equipamentos de radiocomunicação digital proporciona maior qualidade de áudio, melhor cobertura operacional, redução de interferências e maior confiabilidade nas comunicações, características essenciais para atividades que envolvem a preservação da vida e a prestação de atendimento à população. Optou-se pela contratação em lote único, contemplando equipamentos e serviços correlatos, em razão da necessidade de compatibilidade técnica entre os componentes, da responsabilidade integral de um único fornecedor pela instalação e funcionamento do sistema e da mitigação de riscos relacionados a falhas de integração entre equipamentos de fabricantes ou prestadores distintos.

Ao final da contratação, espera-se disponibilizar à Secretaria Municipal de Saúde uma solução completa e plenamente operacional de radiocomunicação veicular, contribuindo para a melhoria da eficiência operacional do SAMU, maior segurança das equipes e maior agilidade na prestação dos serviços de urgência e emergência à população do Município de Marialva – PR.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a pretendida contratação espera-se o devido provimento na eficiência em comunicação no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde para os atendimentos e serviços disponibilizados.

10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

Não aplicável.

11. IMPACTOS AMBIENTAIS

A pretendida contratação não possui impactos ambientais relevantes.

12. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Diante de todo o exposto, a Unidade Requisitante manifesta-se pela viabilidade da pretendida contratação.

13. ANÁLISE DE RISCO

Os riscos que poderiam afetar a contratação estão mitigados pelos instrumentos do Termo de Referência e do futuro Edital de Licitação.



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 8756-8130-E0F2-7BD0

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



WALBER ALTIERIS CONCA (CPF 045.XXX.XXX-37) em 09/06/2026 08:46:45 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://marialva.1doc.com.br/verificacao/8756-8130-E0F2-7BD0>